

COSTUMES E USOS DA TERRA PELA POPULAÇÃO CABOCLA DO PLANALTO DE SANTA CATARINA

customs and uses of land by the cabocla population in Santa Catarina Highlands

Marlon Brandt *

Nazareno José de Campos **

Resumen

No planalto de Santa Catarina se estabeleceu desde fins do século XVIII, uma significativa parcela de sítiantes, na maioria posseira, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos. Sua fonte de renda básica se ligava a agricultura de subsistência e práticas ligadas à exploração de recursos em comum de campos e florestas. O acesso a estes recursos, da mesma forma que a posse da terra e a vida social, era regulado por práticas, normas e costumes, impossíveis de serem apreciadas somente pelo viés econômico, as quais eram transmitidas de geração a geração, onde a oralidade e o direito costumeiro exerciam uma importância fundamental. Isso vai se desestruturando, à medida que uma nova dinâmica sócio-espacial, ligada à economia capitalista vai se instaurando na região, como a colonização, a propriedade legal, o cercamento das terras e a devastação das florestas.

Palavras-chave: Caboclos, Costumes, Uso comum da terra, Recursos naturais.

Abstract

Besides the great proprietors, many mid dwellers inhabited the plateau of Santa Catarina. Who lived at the border of pastorals large estates and obtain their principal source of living upon subsistence agriculture and in practices connected to the exploitation of communal resources of the fields and forests. The access to those resources, as well as the possession of the land and the social life, which were transmitted from generation to generation in which orality and customary rights exerted fundamental importance, were regulated by practices, norms and habits, which were impossible to be examined only by economic means. This undergoes a process of destabilization, as a new socio-spatial dynamics connected with the capitalist economy starts to be established in the region, perceptible such as colonization, the legal property, the demarcation of the estates and the devastation of forests.

Keywords: Caboclos, Customs, Common use of land, Natural resources.

Resumen

Hacia finales del siglo XVIII se estableció, en la meseta del estado de Santa Catarina – Brasil –, una considerable población de pequeños y medianos productores, ubicados alrededor de las grandes estancias. Su renta provenía de la agricultura de subsistencia y de prácticas de explotación de los recursos comunes en los campos y los bosques. El acceso a estos recursos, bien como la tenencia de la tierra y la vida social, se regía por prácticas, normas y costumbres que se explicaban mas allá de las razones económicas y transmitidas de padre a hijo, donde la palabra hablada y el derecho consuetudinario tenían fundamental importancia. Sin embargo, con el avance de las relaciones capitalistas en el campo, se generó una nueva dinámica socioespacial en la meseta, impuesta por la colonización, la propiedad privada, el cerramiento de la tierra y la deforestación de los bosques

Palabras-Clave: Caboclos, Costumbres, Uso comun de la tierra, Recursos naturales.

(*) Prof. Dr. da Universidade Federal da Fronteira Sul - Avenida Fernando Machado, 108 E, CEP: 89802112, Chapecó (SC), Brasil. Tel: (+55 49) 20493127 - marlonbrandt@yahoo.com.br

(**) Prof. Dr. da Universidade Federal de Santa Catarina - Trindade, CEP: 88040970, Florianópolis (SC), Brasil. Tel: (+55 48) 3721 9330 - marlonbrandt@yahoo.com.br

INTRODUCTION

Constituído por um espaço cujas altitudes podem ultrapassar os 1.500 metros, o planalto meridional brasileiro possui uma característica formação natural, onde domina, de um lado, uma vegetação de Campos e de outro, a floresta, da qual se destaca a Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucária, dada a predominância da araucária (*Araucaria angustifolia*), associadas a outras espécies, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela-lageana (*Ocotea pulchella*), a canela-preta (*Nectandra megapotamica*) e o cedro (*Cedrela fissilis*). Esse quadro físico-natural refletiu no processo de formação e dinâmica socioeconômica regional através do desenvolvimento das economias do gado, ervateira e madeireira, feições básicas que se mostram presentes na área de planalto do território catarinense. Enquanto nas áreas de campos predominavam as grandes fazendas criadoras de gado bovino e muar, a Floresta de Araucária consistia em um espaço inadequado para a implementação da atividade econômica predominante, o que possibilitou a interiorização do povoamento por sítios independentes, na maioria sob o regime da posse, rumo às florestas a partir do final da primeira metade do século XIX.

Há aspectos básicos que condicionam ou influenciam de alguma forma no processo de formação sócio-espacial do planalto catarinense, com destaques à questão econômica ligada ao latifúndio gaúcho; à produção madeireira; ao processo de colonização de fins do século XIX e inícios do XX; à expansão capitalista na região e a problemática do Contestado. Entretanto, nossa maior preocupação é proceder à análise dos elementos básicos identificadores do costume e cultura tradicional, tendo como o principal objetivo de análise deste artigo o uso em comum da terra e dos recursos naturais e as práticas de entreatajuda da população cabocla. Por população cabocla empregamos neste artigo a definição adotada por Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 48), que os descreve como: “os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor, “não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”. Porém a principal característica desse conceito é que denota “uma condição social e cultural, ou seja, caboclos são os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”. Procurou-se analisar as experiências dessa população na construção dos espaços, através da memória de antigos moradores da região planaltina, no período entre a constituição e desenvolvimento da economia do gado (genericamente conhecida na literatura por tropeirismo) e os anos posteriores ao conflito do Contestado (1912-1916). Período este a partir do qual se observa a consolidação do processo de colonização, aprofundando a problemática social de toda a região.

Para tanto, ao se analisar a temática em discussão, considerando um período de tempo bem definido, percebemos a importância de se conjugar elementos os mais diversos, definidores de processos históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos, econômicos e jurídicos, visto que entre a população tradicional que então habitava a região, são observadas práticas, normas e costumes que não podem ser vistos apenas pelo viés econômico. Transmitidas de geração em geração, onde a oralidade exerce uma importância fundamental, a memória legitima essas práticas, evidenciando a existência de uma cultura capaz de se autorregular, estando às vezes até oposta às normas oficiais. Costumes que incorporavam muito do que é atribuído à cultura popular, possuindo também uma íntima ligação com o direito consuetudinário, que deriva dos hábitos considerados bons, dos usos habituais, situação bastante comum entre populações tradicionais, revelados em seus hábitos, costumes e inter-relações sociais, que podem regular o acesso e uso da terra, da água ou de algum outro recurso natural, por exemplo, e que assim como as práticas de entreatajuda dessa população, podiam ser reduzidos a regras e precedentes, sendo uma espécie de lei local, e que embora poderia estar registrada apenas na memória, poderiam ter força de lei. Costume que, longe de ser permanente, era um campo em constantes mudanças, reconstruções, ressignificações, fraturas e oposições, não apenas se autodefinindo, mas recebendo influências externas, assumindo variações tanto espaciais quanto temporais.



O TROPEIRISMO NA BASE ECONÔMICA DO PLANALTO CATARINENSE

O Planalto Catarinense até as primeiras incursões europeias era ocupado por grupos indígenas dos quais se destacam os Kaigáng e os Xoclong. Com a formação da economia aurífera nas Minas Gerais no século XVIII, as áreas de planalto do sul brasileiro adquirem maior visibilidade perante os interesses da coroa portuguesa, tendo em vista a presença na região de imensas pastagens naturais, integrando-a ao restante do país, como abastecedora de gado vivo e subprodutos deste para o mercado daquela formação econômica.

Ao se ligar à região aurífera do Brasil Central, o Sul se integra, mesmo que indiretamente, à conjuntura do capitalismo mercantil luso, desempenhando, segundo Felipe Falcão (2004, p. 182), “um papel subsidiário, mas decisivo, para a economia que se desenrolava no Brasil e também para as pretensões da metrópole em melhor usufruir de suas terras”. Isso fundamenta a economia tropeira cuja base será as grandes fazendas de produção de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, que se tornam abastecedoras do grande mercado consumidor, a região aurífera do Sudeste e Centro-Oeste, através das grandes feiras localizadas em território paulista, em especial a conhecida Feira de Sorocaba.

Por sua vez, a propriedade da terra no Planalto tinha por base o sistema de sesmarias, absorvido da legislação portuguesa via Ordenações do Reino. É através daquele sistema que se formarão as grandes propriedades e fazendas de criação por todo o Planalto Meridional Brasileiro. E junto com a formação dessas primeiras fazendas também se inserirá ao contexto demográfico regional a população de origem africana, que virá como escrava, chegando à região já “com a fundação de Lages, na própria comitiva de Correia Pinto”, que fundou em 1771 a vila de Lages, argumenta Zélia de Andrade Lemos (1983, p. 59). Embora boa parte se ligasse aos trabalhos domésticos, o maior número deles estava “em poder dos fazendeiros, empregados nas lides do campo” (LEMOS, 1983, p. 67). Tal atividade, que se dava em área ampla e aberta, leva essa parte da população (assim como elementos pobres de origem branca, mestiça ou de negros libertos) a se caracterizar como peões ou agregados da fazenda. Agregados cuja família tinha determinados direitos, como de ter casa e espaço limítrofe a ela para pequenas hortas e criações de animais miúdos ou o aproveitamento em comum de recursos naturais das terras que compreendiam a propriedade.

Se a grande propriedade formada a partir das sesmarias constituiu, por todo o período colonial, a característica fundiária dominante, na prática, o regime de posse dominava entre a população em geral, inclusive nas regiões de criação de gado do planalto Sul do Brasil. Todavia, elementos diferenciadores de espaço e tempo fizeram com que a formação econômica regional denotasse relações sociais e de produção diferentes do ocorrido em outras áreas do país, cujos latifúndios, eram predominantemente escravistas, a exemplo de Minas Gerais em relação ao ouro e do Nordeste em relação à cana de açúcar. Nas áreas de campos do planalto catarinense, a escravidão teve menor importância, apesar de também ter ocorrido. Delineou-se assim a formação e desenvolvimento de relações sociais e de produção caracterizadas pela relação entre os agregados, peões, escravos e os proprietários das fazendas, que se tornaram regionalmente dominante.

Entretanto, a formação social do Planalto não era constituída apenas por proprietários das fazendas e seus agregados. Conjugava também uma população de sítiantes independentes, cuja posse consistia na principal forma de acesso à terra. Trata-se de uma população fortemente miscigenada (índio, negro e branco de origem ibérica), conhecida por cabocla, que possuía inúmeras práticas sociais com uma forte presença do coletivo em relação ao individual. População que, da mesma forma que aponta Antônio Carlos Diegues (2004, p. 14) a respeito de outras comunidades tradicionais do país, se constituíram,

frequentemente nos interstícios da monocultura e outros ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares, que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais,



e que constantemente procediam ao uso comum de áreas de floresta através do uso de recursos naturais e a criação de animais à solta.

CABOCLOS ÀS MARGENS DAS GRANDES PROPRIEDADES PASTORIS

Pelo planalto se constituir, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 69), em “uma região de fronteira, no sentido de ser a frente de um processo específico de apropriação e colonização de terras”, esse espaço possibilitou a oportunidade do estabelecimento, sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, de sitiantes independentes, em regiões de campos e matas, às margens dos latifúndios. Passaram a ocupar, ao oeste, regiões como os vales dos rios Marombas, Correntes, dos Patos, do Peixe, Taquaruçu, enquanto mais ao norte, a ocupação se dirigia aos rios Canoinhas, Iguaçu, Timbó, entre outros.

Nazareno José de Campos (2000, p. 71) em sua tese sobre terras de uso comum discute a importância do quadro natural e o uso comum de terra, argumentando que existe “uma estreita relação entre diferentes elementos naturais, proporcionando à muitas áreas uma constituição característica que em termos econômicos mostram-se desvantajosas”. Assim, uma certa área, ao menos em um determinado contexto, pode assumir um caráter economicamente desinteressante ou até mesmo inviável. E a Floresta de Araucária, principalmente no caso das regiões onde esta assumia uma grande extensão ou proporção em relação aos campos, representava para a economia pastoril, de acordo com Paulo Fernando Lago (1988, p. 264), “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado.

Essa população possuía como principais atividades econômicas a agricultura e a criação de animais, cujo excedente era comercializado com tropeiros, na base da troca, e nas vilas e cidades próximas (MACHADO, 2001). Formavam nas terras o que Arlene Renk (1997, p. 97) denomina como “roça cabocla”, em que adotavam uma prática costumeira de dividir as terras em “terras de criar” e “terras de plantar”. As “terras de criar” eram compostas por praticamente toda a posse, abrangendo tanto a floresta quanto pequenas áreas de campo, abertas naturalmente ou não, criando principalmente bois e porcos. O primeiro era criado nas áreas abertas, de campo, em muitos casos produzido artificialmente, enquanto o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias caboclas, por serem fáceis de criar, necessitando de pouco manejo. Bastava soltá-los na floresta que cresciam e engordavam se alimentando de frutos e sementes, principalmente o pinhão, abundante a partir do outono. As “terras de plantar” eram formadas a partir da abertura de roças na floresta, adotando a rotação de terras e prática indígena da coivara, cercando as terras com toras de árvores ou tábuas lascadas para evitar a invasão dos animais. Plantavam principalmente milho e feijão, além de abóbora, melancia e a batata-doce.

É recorrente dentro da produção de cunho histórico e geográfico sobre o planalto catarinense, ao abordar a ocupação e os modos de vida da população cabocla, apresentarem-na dentro do modelo patriarcal, do grande fazendeiro pecuarista das áreas de campo, com seus peões e agregados, e o caboclo que vivia sob a sua influência, homogeneizando todo o espaço do planalto ao modelo existente nas áreas dos campos pastoris. Porém, a relação não era a de total dominação patriarcal, modelo de análise criticado por autores como Edward Palmer Thompson (2002), para quem este viés acaba caindo sempre no modelo da casa-grande e de sua gente, em uma análise de cima para baixo. Existem, de acordo com o autor, outras maneiras de descrever a sociedade para além do fidalgo, ou no caso, do fazendeiro, mostrando uma realidade muito mais complexa do que supõem os modelos baseados na submissão e reverência dos servos ante o poder paternalista. Existiam, tantos nas vilas e povoados quanto nas áreas rurais, diversas formas de sociabilidade, expressas em festas, muitas delas religiosas, em práticas de solidariedade e nas variadas formas e uso e acesso a terra, muitas delas de uso comum, para a criação de animais ou coleta de recursos naturais, que escapam de uma ótica “vista de cima”, pois assim o que se enfatizaria seria o paternalismo e suas implicações, como a submissão e a reverência por parte dos pobres.



Por outro lado, ao analisar a formação social do planalto a partir de uma ótica dos “de baixo”, em uma tentativa de compreender o povo no passado, “à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência” (SHARPE, 1992, p. 42) é possível observar que a relação de dominação-subordinação existente entre o fazendeiro e seus peões e agregados não ocorria em todos os espaços de forma semelhante e poderia não se estender aos sitiantes independentes que viviam às margens das propriedades dos campos.

Agregados, peões e sitiantes deles estavam submetidos ao poder dos grandes fazendeiros através de um conjunto de laços de lealdade, compadrio e obrigações que muito se diferem das existentes entre os trabalhadores assalariados do século XX (MACHADO, 2004, p. 66-67). Quase sempre agregados e peões nasciam e morriam trabalhando na mesma propriedade. O que poderia ocorrer, caso saíssem sem o consentimento do fazendeiro, frequentemente seu parente por compadrio, seja para outra fazenda ou para a procura por novas terras, onde pudesse se estabelecer como sitiante independente, era fazer uma “desfeita”, uma traição, se visto pelos olhos da época, reprovada tanto pelos seus semelhantes quanto pelos fazendeiros da região.

Porém havia espaços para a negociação, muitos deles motivados pelo próprio quadro espacial, afinal o planalto se constituía na época, como uma fronteira aberta, onde existia certa autonomia por parte dos pequenos e médios sitiantes. Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 76), ao analisar reportagens de jornais publicados na região nas primeiras décadas do século XX e fontes judiciais, por exemplo, demonstra que esta autonomia por parte dos sitiantes, era maior à medida que se afastavam das áreas das grandes fazendas de criação.

Para isso ele cita como um exemplo da existência de certa força política e legitimidade por parte desta população, mesmo em Lages, onde dominava as grandes fazendas pastoris, uma disputa envolvendo as áreas de criação e plantação. Era comum não existirem cercas dividindo propriedades ou criações no planalto, seja por parte dos pequenos e médios sitiantes ou dos grandes fazendeiros das áreas de campo. E no inverno, quando escasseava o pasto, era comum o gado invadir a floresta, destruindo a plantação de muitos lavradores posseiros. Em Lages este conflito era comum, e em 1904, o autor cita o caso da decisão do Conselho Municipal que estipulou uma faixa de seis quilômetros mata adentro para ser utilizada como terra para a criação. Porém em 1912 a margem de matas foi reduzida a três quilômetros. Embora nunca tenha sido fiscalizada, argumenta o autor que esta situação pode demonstrar certa força política e legitimidade por parte da população posseira ou possuidora de pequenas porções de terra.

Essa população de sitiantes era composta por muitos ex-peões, agregados, escravos fugitivos, negros libertos e pequenos fazendeiros em busca de novas terras, que não estava submetida aos laços que prendiam agregados e peões aos fazendeiros das áreas de campos, tanto de Santa Catarina quanto do Paraná ou Rio Grande do Sul. Da mesma forma que os aldeões ingleses do século XVIII descritos por Thompson (2002, p. 144), sua “subsistência não era nada além de mísera, o modo de vida podia ser instável, mas [...] em algumas passagens de suas vidas [...] sentiam que se autodeterminavam e que, nesse sentido, eram ‘livres’”.

Moradores que, ao se estabelecerem nesses novos espaços, teceram redes de relacionamento e sociabilidades, fundamentais na elaboração de normas, hábitos e costumes, impossíveis de serem apreciados somente pelo viés econômico, e acatados, nas palavras de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004, p. 10), “de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social”.

Essas relações sociais, conforme aponta Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 95-96) “eram sentidas como costumeiras e naturais pelas pessoas”. Segundo o autor, apoiando-se em Thompson, estas, “como relações de produção, são experiências socialmente compartilhadas”, poderiam ser expressas, por exemplo, nas formas de acesso a terra e ao uso desta e de recursos naturais em comum e nas diferentes formas de relações de solidariedade e entreajuda.



PRÁTICAS DE USO COMUM DA TERRA E DE ENTREAJUDA E SOLIDARIEDADE

Embora o modo de povoamento realizado pela população cabocla fosse disperso, esses moradores não viviam isolados, estando vinculados entre si por diversos elementos conectados à sua vida social e cultural, construindo uma rede de relações que cria uma especificidade no território, caracterizada por práticas culturais, de trabalho e de uso e acesso a terra e aos recursos naturais. O espaço, a medida que adquiria familiaridade, que era cada vez mais conhecido, definido e significado pela população, transformava-se em um lugar familiar e humanizado (TUAN, 1983), como aponta João Baptista Mello (1993, p. 32), “cheio de objetos comuns”, onde emergiam experiências cotidianas, de trabalho, lazer e sobrevivência, onde a memória coletiva, é uma das maneiras mais importantes com que a população se localiza e se identifica com esse espaço geográfico, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento e unidade (LITTLE, 1999, p. 08). Lugar cuja formação, segundo Cândido (1971, p. 64-65), “depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas”, onde a “convivência entre eles decorre da proximidade física e a necessidade de cooperação”. Nesse sentido decorre, entre a comunidade, um forte sentimento do coletivo, conjugando-se a elementos característicos das ações, usos e direitos de caráter privado.

Entre as principais atividades e usos relacionados ao aproveitamento de bens naturais ou trabalhos coletivos, encontra-se criação de animais à solta, cuja integração entre vizinhança estava plenamente presente. Criado solto, o animal circulava livremente nas terras de posse ou oficiais, além das florestas, muitas ainda devolutas. Isso fica evidenciado nas narrativas de diversos moradores da região, como no caso de José Lindolfo Cordeiro Leite (2005), antigo criador da região de Fraiburgo:

[...] naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas, marcavam uma madeira assim, não tinham cerca, nada que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação criava tudo junto, uns criavam porco outros criavam animal, criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos, para pegar animal, [...] ali na Liberata, e às vezes noutras partes. [...] Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo tinha tudo que era criação.

A ampla mobilidade dos animais é relatada também por Sebastião Celso Abrão (2005), cuja família era criadora de porcos em Lebon Régis, que enfatiza a ausência de cercas nas divisas das terras, sejam elas constituídas por posses ou terras legalizadas:

Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um potreirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. [...] Divisa, era tido mundo, eu entrava no outro o outro entrava no nosso. Só o marco na época, cada um sabia onde era a divisa. E todo ano era retocado a divisa, roçado para não desaparecer, ia de um marco para outro e limpava. Eu passava para o terreno do outro, passavam no meu terreno, ninguém ligava. Tudo em aberto.

Sebastião Pires (2005), outro criador da região de Fraiburgo, rememora de forma semelhante o livre trânsito de animais entre posses e propriedades: “é, tinha boi para tudo quanto era lado. Quando ele queria requisitar a boiada, lá em tal lugar tem dois três bois que tá lá no terreno do fulano, mais três quatro no outro terreno, ele buscava. Criava em aberto”. A “criação em aberto” e com a concordância dos vizinhos, poderia ocorrer tanto em áreas livres, sem dono, constituídas, em termos oficiais, por terras devolutas; quanto em áreas privadas cujos proprietários não se importavam com tal uso ou era ele mesmo um criador, ou ainda, em espaços privados cujos vizinhos utilizavam de comum acordo, caracterizando diferentes formas de compáscuo.

Esse costume de criação, comum a toda região de Floresta de Araucária do Sul do Brasil, como aponta Man Yu Chang (1988, p. 37), “era condizente com o ambiente natural. O meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores os custos de trato da



criação”. O arrebanhamento, de bois, cabras ou porcos, tanto para consumo quanto para a venda, era facilitado pelo contato entre os moradores, que tinham o hábito de avisar ao proprietário dos animais se alguns deles estavam percorrendo suas terras.

Militares que percorreram a região do Planalto durante a Guerra do Contestado evidenciaram também a existência de criação em comum de animais soltos nos campos e nas florestas. Cite-se o exemplo descrito pelo Capitão Vieira da Rosa (1918, p. 1), que em suas notas publicadas no jornal Terra Livre de Florianópolis, sob o título de Reminiscências da Campanha do Contestado – subsídios para a História, fez comentários sobre a criação de animais soltos (no caso porcos), procedendo também a interessante descrição de como a paisagem, com seus campos, butiazais, faxinais e florestas, se apresentava na época, além de mencionar a posse das melhores pastagens dos campos naturais por parte de ricos fazendeiros:

[...] esses mattos, limpos de cipos, gramados, permittindo passear por ellas a cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quaes os guamirins, o vacum, as goiabas serranas, os araçás, a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para engorda de suínos.

A descrição que fizemos das terras curitibanenses explica: primeiro o modo de vida do caboclo que, tendo a criação de porcos como sua principal e unica industria era obrigado a viver pelos ermos, no meio das mattas; segundo, a difficuldade que as forças do governo encontraram nas marchas e no serviço de intendência.

Os terrenos limpos, de campos, são todos propriedades de ricos fazendeiros que, cuidando também da lavoura, possuem outras terras no que chamam serras, terras de matto.

Por sua vez, o Primeiro-Tenente do Exército, Herculano Teixeira D’Assumpção (1917, p. 181), em sua obra sobre o conflito, fez a seguinte observação sobre a criação de animais:

A criação suína e caprina é notável; durante as nossas operações militares, encontramos, por todo o sertão, muitos animaes porcinos abandonados na matta, comeno exclusivamente pinhão, e, no reductinho do trombudo, a 9 Km a sudeste de Perdizinhas, para mais de 100 bodes, cabras e cabritos, também em completo abandono. É regular a criação de ovinos, para o qual bem se presta a temperatura dos campos catharinenses collocados no planalto brasileiro. É, pois digno de registro o progresso do gado lanígero no Estado.

O estar em “completo abandono”, conforme se refere o autor, não condiz apenas com o fato do deslocamento de parte da população aos redutos em decorrência do conflito do Contestado, mas, principalmente, devido à forma de criar os animais soltos, alimentando-se de pinhões e outros produtos da mata. Adiante o autor também tece comentário a respeito da compra de animais, onde alguns criadores adquiriam pequenos rebanhos, muitos de pequenos criadores e posseiros, para formar então “o grosso” do negócio para a venda, cujos animais, conduzidos em tropa, poderiam, por exemplo, seguir rumo ao Vale do Itajaí. Em relação aos bovinos, este, também solto, era aprisionado uma ou duas vezes por ano na mangueira, para a ingestão de sal, quando eram então marcados (D’ ASSUMPÇÃO, 1917).

O uso comum de determinados espaços através da prática da criação de animais à solta não se constitui na única forma cuja solidariedade estava presente. Também uma série de atividades de entreatajuda e de inter-relações era corrente sendo o mutirão o mais comum deles. Conhecido popularmente na região como puxirão, cujo termo envolve também outras variações regionais, como muxirão, putirão e pixirum.

No entanto, muitos autores consideram tais manifestações como meras sobrevivências ou resquícios fadados ao total desaparecimento. Assim já se referia Ernesto Oliveira (1955, p. 22) ao tratar da ocorrência de trabalhos coletivos gratuitos no Brasil e em Portugal:



[...] aquelas manifestações constituem, em vestígios fragmentários, sobrevivências de diversas organizações e sistemas comunitários ou coletivistas primitivos, de feição pastoril ou agrária, que assentavam num conceito de propriedade territorial comum ou coletiva, em certos casos ainda parcialmente subsistente, apresentando de resto, para lá desse traço semelhante, grandes diferenciações regionais, que postulam uma evolução a partir de origens multiformes, e condicionada por influências e circunstâncias peculiares a cada zona.

A prática do mutirão foi uma constante e continua a sê-lo, em diversas regiões do Brasil, possuindo origem antiga, conforme apontam autores como Clovis Caldeira (1938) e Artur Ramos (1956), com diferenciações no espaço e no tempo, tanto pelas sociedades nativas da América, quanto da África e da Europa, que trouxeram ao Brasil cada uma a sua experiência de práticas coletivas. O mutirão, como aponta Antônio Cândido (1971, p. 68), é um dos elementos que, no caso do trabalho agrícola, o morador rural recorre à ajuda dos vizinhos, “suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar”. Ou seja, nem sempre o grupo familiar se constitui em mão de obra suficiente para as tarefas exigidas.

Essas práticas de auxílio mútuo configuram-se como um dos elementos fundamentais na sociabilidade da população cabocla, servindo inclusive como uma espécie de delimitação da sua territorialidade, traçada pelos moradores na participação dessas atividades. Conforme Alexandre Assis Tomporoski (2006, p. 26), tinha legitimidade o membro que participava das atividades, beneficiando ou sendo beneficiado pelas mesmas, sendo a obrigação mútua “a característica integrante da sociabilidade em grupo, que assim passou a adquirir consciência de unidade e funcionamento”.

Depoimentos de antigos moradores da região de Fraiburgo dão conta da existência do puxirão entre as famílias, forma de solidariedade cujas origens devem remontar aos primeiros tempos de ocupação em que elementos socioculturais indígenas acabaram também por serem absorvidos. Lembra Antônio Cândido que a cooperação não se dá apenas frente à produção agrícola. Ela também aparece nos aspectos festivos, através da “formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança”. Também é percebido no sentido de gênero, cujos homens, durante o puxirão, se encarregavam do trabalho no campo, limpando roça, plantando, colhendo, arando, entre outras atividades, enquanto as mulheres ficavam encarregadas, da preparação da alimentação, onde o dia terminava com festividades.

Também através de músicas, décimas ou simplesmente “causos” o mutirão, assim como outros costumes que integravam a cultura popular e que permaneciam na memória oral eram igualmente transmitidos geração após geração. Além disso, muito deste costume tradicional do planalto era também, conforme Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 96),

balizado religiosamente pelos ensinamentos do monge João Maria como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio.

Ensinamentos que aquela população, inclusive muitos grandes fazendeiros, seguiam “como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio”. Muitos desses ensinamentos eram proferidos através de profecias e histórias, retransmitidas entre a população através de décimas e porfias⁸ que buscam reproduzir o pensamento do monge João Maria, que percorria a região do planalto dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, batizando e realizando pregações de cunho religioso e moral (MACHADO, 2004).

Através da leitura de décimas e histórias envolvendo o monge João Maria, retransmitidas através da tradição oral, onde, em suas pregações, além dos mandamentos que previnem sobre crimes, sobre o respeito que deveriam ter com as mulheres, com a família e com a natureza, por exemplo. Tais práticas e normas, muitas delas compondo, segundo a população sertaneja, parte das pregações



de João Maria, eram, e ainda o são em alguns casos, transmitidas de geração em geração, de forma semelhante a apresentada por Thompson (2002, p. 18):

as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares.

Mesmo que, embora atribuídos a figura de João Maria, possam não ter sido proferidos pelo mesmo, o respeito que a população possuía pelos seus ensinamentos poderia dar legitimidade a esses mandamentos, que também recebiam eventuais modificações e acréscimos, onde, como aponta Elio Serpa (1999, p. 32), a “tradição encarregou-se de preservar a memória dos profetas e seus ensinamentos que, até hoje, ainda são cultuados na região”. Os mandamentos e ideias atribuídos ao monge “embutiam uma concepção do que deveria ser considerado tradicionalmente correto no trato entre as pessoas, uma ‘economia moral’”. Pode-se assim afirmar que a cultura da população planaltina assume formas conservadoras, embora esta não possa ser vista como imutável, que procura recorrer aos costumes tradicionais e busca, de certa forma, reforçá-los.

Isto pode ser percebido inclusive no trato com a natureza, conforme evidencia Euclides Felipe (2005, p. 36-37) em seu estudo sobre o folclore da região do Contestado, em que apresenta alguns preceitos do monge, muitos deles relacionados ao uso dos recursos da natureza, colhidos pelo Capelão Emídio Conceição, do Faxinal do Paulista, “os quais ouvira daqui e ali”, em parte transcritos a seguir:

- 1)- Não se deve queimar folhas, cascas nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 3)- Ao cortar uma árvore ou pé do mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4)- Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- 5)- As casas e as propriedades de quem incendia as matas, um dia também hão de virar em cinzas.
- 11)- Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- 12)- Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.
- 16)- Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.
- 17)- Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.

Essa população, embora dispusesse de uma ampla faixa de terras florestadas abertas, mais ao oeste, constituindo uma área de fronteira agrícola, era relativamente fixa, ao menos em parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. É possível dizer que a existência de florestas e terras abundantes, onde se poderia reproduzir práticas costumeiras de acesso e uso da terra e seus recursos e o sentimento de localidade, formado através dos laços de parentesco, vizinhança e compadrio, são fatores relevantes na sedentarização da população cabocla.

O acesso à terra, no entanto, tornava-se mais precário à população cabocla, sobretudo na porção do meio-oeste e planalto norte do Estado, a partir das apropriações de imensas faixas de terras devolutas por fazendeiros locais, empresas de capital estrangeiro como a Brazil Railway, que construiu o trecho que cruzava o planalto catarinense da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, acompanhando o traçado do Rio do Peixe, e a Lumber Company, ambas de propriedade do empresário norte-americano Percival Farquhar, além de políticos e empresários que em muitos casos sequer conheciam a região (MACHADO, 2004).

A política de terras de Santa Catarina, definida após a Constituição Republicana de 1891, quando as terras devolutas passaram ao domínio dos estados, possuía como objetivo atuar na regularização de antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Política que



se baseava, de acordo com Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 139),

na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto.

Da mesma forma que em outros estados brasileiros, as populações indígenas estavam completamente alijadas desta política de desenvolvimento. Situação que não era diferente para milhares de famílias caboclas que viviam sob o regime da posse e que passaram a ser expropriadas, assinalando a intensificação de um processo de transformações sócio-espaciais relacionadas principalmente a questão da terra. Condição que deu origem a diversas situações de disputa pela sua posse, sendo a Guerra do Contestado, que ocorreu na região entre os anos de 1912 a 1916, o principal marco de resistência da população cabocla.

SÉCULO XX: apropriação privada das terras e rupturas no modo de vida da população cabocla

Depois de passar a eleição eles passavam no Governo do Estado e diziam: quero um terreno em tal lugar. Legalizavam toda aquela região. E esse povo mais rico queria campo para criar boi. E o caboclo ia para o mato. O caboclo era posse, ficava por lá. [...] Só que daí depois veio o valor do pinheiro, aí complicou.

Essa frase, proferida por Valdomiro Monteiro (2005), um antigo morador de Curitiba, ilustra bem o contexto pelo qual passava o planalto catarinense na primeira metade do século XX, assinalando a intensificação de um processo de transformações sócio-espaciais no planalto relacionadas principalmente a questão da terra.

Após a assinatura da Lei Áurea, as relações de poder existentes entre o fazendeiro e seus peões e agregados passaram a se basear principalmente na propriedade da terra e, no caso do agregado, em ceder um pedaço de terra para que este possuísse sua pequena roça, além de algumas cabeças de gado, muitas delas dadas “de presente” pelo fazendeiro. Por outro lado, tanto o agregado quanto o peão possuíam um certo poder em relação ao fazendeiro, ou seja, ocorria um espaço para a negociação entre estes, uma vez que era cada vez mais difícil contar com agregados e peões trabalhadores e leais, ainda mais com uma região de fronteira em expansão relativamente próxima, como eram as matas ao oeste e norte em Curitiba, que vislumbravam a estes uma oportunidade de se embrenhar na mata e construir um rancho e uma pequena roça, criando seus animais soltos na floresta.

Apesar disso, observa Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 99-100), que diferentemente da Inglaterra do século XVIII, onde Thompson (2002) observa um processo paulatino de redução da dependência da população plebéia em relação a gentry, principalmente a partir de 1760, “quando se identifica uma crescente mobilidade, indisciplina e falta de controle sobre a ‘vida inteira’ dos trabalhadores”, na região do Planalto Catarinense, observa-se a perda da autonomia desta população e sua crescente submissão frente ao poder dos coronéis e grandes fazendeiros. Embora existam grandes diferenças temporais, sociais e espaciais entre a Inglaterra do século XVIII e o Planalto da passagem das primeiras décadas do século XX, que vão desde uma maior hierarquização e complexidade por parte dos ingleses, se comparado à sociedade planaltina, onde existem “diversos elementos históricos, políticos e culturais que devem demover-nos do intento de estabelecer comparações diretas”, tal comparação é útil “para entender não apenas a natureza das relações de



subordinação social, mas principalmente para qual sentido elas caminhavam”.

No caso da apropriação de grandes extensões de terras para o estabelecimento das fazendas pastoris, segundo o mesmo autor, estas não podem ser consideradas apenas pelo fator natural, onde a baixa fertilidade do solo e a pequena reprodução bovina, somada a técnicas rudimentares de manejo do animal, implicavam em uma necessidade de grandes áreas para o pasto, que poderiam compreender também os faxinais quanto as florestas que eram postas ao chão. Devem ser vistas através das condições sociais, históricas e políticas, assim como em relação

ao padrão senhorial da ocupação vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade de acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação do poder político sobre a vizinhança e a comunidade local e, muitas vezes, sua projeção regional (MACHADO, 2004, p. 78).

O aumento da subordinação da população cabocla, da mesma maneira que a apropriação das terras por novos grupos econômicos que passaram a atuar no planalto, sobretudo as empresas colonizadoras e madeireiras, é visto pela população cabocla, como um momento de ruptura, que desestruturou seu modo de vida e diversos níveis ou formas de organização, como o uso e acesso a terra e hábitos e costumes em que dominava o coletivo.

Se antes a terra, de modo semelhante ao que ocorreu no município de Conceição do Araguaia na década de 1960, analisada por Otávio Ianni (1981, p. 154), “parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica”. Antes era a “ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança” que garantia a sua posse. Essa, a partir de então, se veria gradualmente abalada na região, alterando o que Marli Auras (2001, p. 43) denomina de “gênero de vida costumeiro”, embora a população local, de modo semelhante ao apontado por E. P. Thompson (2002, p. 19), “quase sempre resiste em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor”. A transformação da terra em mercadoria, a redução dos espaços que poderiam ser usufruídos em comum e a expropriação de muitos daqueles moradores, enquanto outros passam a uma cada vez maior sujeição ao poder dos coronéis, foi experimentada, também como uma expropriação dos direitos de uso costumeiro.

Isso fica evidente, por exemplo, a partir da publicação de diversos editais proibindo práticas de uso comum da terra e dos recursos naturais, como a criação de animais à solta e a coleta de mel. Ao se apropriarem destas terras, seja por concessão do Estado ou por compra de terceiros, muitos dos novos proprietários, que em muitos casos desconheciam a área, passavam a expulsar a população posseira, tida como intrusa, da mesma forma que impediam o uso em comum daquelas terras. Em municípios como Curitiba e Campos Novos diversos editais eram publicados em jornais locais, como O Trabalho (1913 a, b), de Curitiba, advertindo os moradores locais da proibição da ocupação, posse e uso da terra para criação e extração de recursos naturais, como no caso de duas propriedades situadas em Timbó e Tamanduá e na Fazenda do Butiá:

Carlos Walter Schmid, por si e como procurador do sr. Otto Kaesemodel, faz público e especialmente para que chegue ao conhecimento dos habitantes das zonas do Timbó e do Tamanduá, nesta comarca que compraram, do sr. João Ignácio Baptista dos Santos e sua mulher, os terrenos legitimados por este naquellas zonas.

E, para que ninguém alegue ignorância, vem por este meio, fazer sciente os habitantes das mesmas zonas, que não consente, seja quem fôr, criações de qualquer especie nos referidos terrenos, que outr’ora eram invadidos com criações de outros.

Caso queiram continuar abusando, procederei judicialmente contra o infractor ou infractores, que pagarão todos os danos e prejuizos que causarem. Coritybanos, 12 de Março de 1913.

O abaixo assignado proprietario de uma grande gleba da Fazenda do “Butiá”, medida e dividida judicialmente, faz sciente a todos quantos costumam invadir os campos e mattas na referida propriedade caçando, melando ou com pretexto de procurar criações sem previo consentimento, que d’ora em diante,



não consente tal invasão sob pena de punir com a Lei seja, quem fôr.
Curitiba, 23 de maio de 1913
João Severo de Oliveira.

Embora esses editais não pudessem atingir o público desejado, pois grande parte da população rural era iletrada, essas mudanças assinalam a intensificação de um processo de transformações sócio-espaciais no planalto relacionadas à questão da terra, embora esta proibição não tenha ocorrido em todas as terras apropriadas, ao menos em seu início. Possivelmente muitas das terras que se tornaram objeto de açambarcamento eram destinadas à especulação e posterior revenda quando seu preço passasse a ser atraente do ponto de vista econômico, daí a pouca importância ou mesmo ignorância por parte de alguns proprietários sobre certos usos que se faziam naquelas terras.

No planalto norte, a situação em relação ao uso comum da terra, especificamente na extração de erva-mate, era diferente em relação a maior parte da porção central e oeste. As apropriações, conseguidas por meio de diversos expedientes, dentre eles a grilagem e a concessão de terras por parte do governo, tanto do estado do Paraná quanto de Santa Catarina aos coronéis, tornavam cada vez mais frequentes as expulsões de posseiros, tratados como intrusos, que acabavam partindo para novas terras ou se sujeitando a novas condições de trabalho na fazenda. Se o uso comum em relação a criação permanecia, a despeito do aumento da perda de autonomia e submissão perante o poder dos grandes fazendeiros e coronéis, sobretudo nas regiões onde o mate não se encontrava em número economicamente viável, reduzia-se a possibilidade da coleta em comum da erva-mate em terras devolutas nos ervais nativos. Em relação a isso comenta Maurício Vinhas de Queiroz (1981, p. 64) que “a coleta do mate vinha tendendo a fazer-se cada vez mais e freqüente em terras de propriedade privada, deixaram de existir na área vastos espaços em branco à espera de ocupante”.

Os próprios proprietários de terras, se no início permitiam a coleta da erva-mate em suas terras por parte de seus peões e agregados passaram, a partir da valorização do produto, a coibi-la. Cada vez mais, as terras onde se realizavam as atividades ervateiras tornavam-se alvo da apropriação privada, sendo que, segundo argumenta o autor acima referido, as propriedades dos coronéis, abrangiam “quase todos os ervais conhecidos”. A importância que a erva-mate passa a ter para a economia catarinense leva o Estado a proceder o arrendamento daquelas terras ainda não inseridas no processo de apropriação, predominantemente, terras devolutas. Rosângela Cavallazzi (2003, p. 68) comenta que nestes arrendamentos, com prazos de exploração variáveis, o preço do contrato se estabelecia em relação à “quantidade de erva-mate extraída, sempre com o cuidado (expresso nas cláusulas de contrato) de exigir que fosse a extração efetuada de modo a conservar os ervais e outras madeiras de qualquer espécie”. Marli Auras (2001, p. 30) cita o exemplo do Decreto Lei nº 1.273 de 10 de janeiro de 1891, em que prevê a permissão para a exploração de ervais devolutos por uma empresa ervateira de Joinville pelo prazo de 20 anos em terras devolutas de diversos municípios, dentre eles Curitiba, Campos Novos e Lages. O próprio Estado, ao adotar algumas medidas regulatórias para a extração do mate, cuja exploração se intensificava no início do século XX, menciona o caso das concessões de ervais nativos a particulares conforme definido na Lei Estadual nº 700, de 27 de outubro de 1906, que dá “providência sobre a herva matte” (SANTA CATARINA, 1906).

Após o conflito do Contestado a situação piora ainda mais para a população cabocla, já que, no geral, tanto desconheciam os dispositivos de regularização da terra quanto não possuíam recursos para fazê-los. Além do que, “na maior parte das vezes nem sentiam a necessidade de assim proceder”, pois viviam em suas terras de maneira semelhante a que viviam seus pais e avós, onde a posse seria garantida por um direito costumeiro, onde aquelas eram as terras de “tal família, ou de tal sujeito” (MACHADO, 2004, p. 140). Como argumenta Nazareno José de Campos (2002, p. 129), essas populações possuíam “a certeza que aquelas terras lhes pertencem, não como uma propriedade privada nos moldes como é concebida modernamente, mas como um direito de usufruto que o tempo e a tradição lhes proporcionaram, constantemente resistindo quando sentem-se ameaçadas”.



A maior parte das terras devolutas restantes, sobretudo as localizadas na região Oeste do Planalto, continuou sendo apropriada por grupos econômicos, fazendeiros e políticos locais, cujas florestas passaram a ser alvo da colonização e exploração madeireira, sendo vendidas a imigrantes e migrantes de origem alemã e italiana provenientes principalmente das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Em algumas regiões, é apenas a partir das décadas de 1930 e 1940, com o avanço da exploração madeireira e da colonização, que as transformações, com diferenças espaciais, sociais e econômicas em relação ao final do século XIX, se fariam sentir.

Assim, pela dificuldade do acesso a terra, o costume de se criar animais à solta de modo comum em áreas abertas, embora ainda permanecesse em algumas áreas, situações ou contextos específicos, gradativamente desaparecem. A consolidação da colonização, principalmente na faixa de terras em disputa entre o Paraná e Santa Catarina, envolvendo o Vale do Rio do Peixe e Oeste, fez com que aquele espaço fosse bastante alterado tanto pela ação das diversas indústrias madeireiras que passaram a atuar naquele espaço quanto pela ação dos colonos para a produção de lavouras. Essas, diferentemente dos antigos moradores, cuja produção era em pequena escala para a subsistência, era destinada à comercialização de produtos como o trigo e o milho, cercando e reduzindo os espaços de criação dos animais. Relatos de colonos se queixando da invasão de porcos e outros animais criados à solta nas lavouras eram comuns, sendo esse também, conforme aponta Warren Dean (2004, p. 209), um “indicador claro da redução das reservas florestais”.

A inserção de novos elementos, com diferentes concepções de vida, de visões de mundo, de temporalidades e espacialidades, que antes eram independentes, estranhas entre si, passam a coexistir em um mesmo espaço, com incompatíveis formas de apropriação e uso do mesmo foi marcante no processo de desagregação de costumeiras práticas de uso da terra e de entajuda da população cabocla. Como foi o caso da criação de porcos, que passou a ter sua circulação restrita pela formação de lavouras e florestas devastadas, passando finalmente a ser criado fechado, em encerras, ao modo praticado pelos colonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sebastião Pires (2005) dizia que, na região, “tinha bastante porco ali, e hoje não se vê um porco aqui na região [...]. A gente vê aí hoje, não pode ter uma galinha, não pode ter um porco, então a gente se sente um pouco desajeitado, o interesse da gente é criar”. Essa fala expressa o sentimento de muitos dos antigos moradores caboclos frente ao processo de inserção de novos empreendimentos econômicos naquele espaço, resultando na redução e gradual extinção de práticas consideradas costumeiras, onde muitos, como no caso da própria família de Sebastião Pires, sofreram também expropriação de suas terras.

A expropriação de diversas famílias caboclas, juntamente com a colonização e devastação da floresta, gradualmente desarticulou as práticas espaciais dessa população, firmada pelo sentimento de pertencimento ao lugar, expressa em sua sociabilidade e o uso da terra e de seus recursos. Cada vez mais, a partir de então, foi imposta uma imobilidade, confinando e concentrando essa população em áreas acidentadas, de pouco valor econômico, caso conseguissem permanecer em parte de suas antigas terras, ou nas periferias das vilas e cidades que passaram a surgir com o desenvolvimento dos núcleos coloniais e serrarias, em muitos casos trabalhando como assalariados nas serrarias que exploravam pinheirais que foram posses de suas famílias. Fato relatado da seguinte maneira por Pedro Felisbino (2006), agricultor que se estabeleceu em meados da década de 1950 na localidade de Taquaruçu, nas terras compreendidas entre Fraiburgo e Frei Rogério, um dos epicentros do movimento do Contestado, para quem a situação atual da população cabocla está relacionada a perda, tanto do lugar, quanto das suas práticas sociais e espaciais:

[...] eles faziam a roça em rachão, era tudo em comum. Para saber quem era o porco, [...] faziam sinal na orelha. Até pouco tempo eles faziam sinal na orelha do porco. O boi eles marcavam. Na roça faziam



repolho, milho para canjica. O resto vinha fácil. O porco orelhão, sem marca, não tinha dono poderia pegar. O porco assinalado era de cada um. Pelo sinal da orelha eles sabiam de quem era o porco. Eles diziam: olha, lá tem um porco seu, então eles iam carnear, então eles tinham bastante respeito. O gado era marcado, cada um tinha o seu cincerro, era bem mais natural, tanto que o caboclo não se acostumou com a nossa vivência, acho que nós roubamos a liberdade deles. Hoje eles estão na favela e nós tomamos o espaço deles.

Destino de muitas famílias também relatado por Miguel Lara Sobrinho (2004), filho de posseiros que só conseguiram legalizar parte de suas terras:

[...] uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. Com a derrubada acabou, quem criava porco aqui era nativo, se criava aqui, depois que eles derrubaram tudo, [...] uma parte daí ficou nas lavouras, trabalhavam pra fazer alguma coisinha por aí [...].

Cabe salientar que em muitos espaços do país, diferentes formas de uso comum da terra continuam a ocorrer, tendo ainda aumentado a visibilidade de diversas populações tradicionais, haja vista a maior visibilidade jurídica, política, social e mesmo econômica a elas relacionadas, a exemplo do que é percebido em relação aos faxinais no Paraná, fundos de pastos na Bahia e formas de uso da terra por povos da floresta em diferentes espaços da Amazônia. Mas essa maior visibilidade atual não exprime em termos de uma maior possibilidade de acesso à terra, inclusive terras e bens de uso comum, além do que, os organismos institucionais, quando procedem a concessão e/ou demarcação não o fazem respeitando o direito costumeiro o qual tais populações estão acostumadas, mas dentro do direito formal positivo, o que, muitas vezes, ajuda ainda mais à sua desagregação.

206

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Sebastião Celso. 59 anos. **Depoimento**, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.
- BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 55-95, 2004.
- CALDEIRA, Clovis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado**: tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
- CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).
- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. “Mutirão” ou “Adjunto”. Rio de Janeiro, **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, ano 1, n. 2, p. 38-39, maio de 1943.
- COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 1. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982.

- D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A campanha do Contestado** (as operações da Columna do Sul). V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec; Mupaub/ Usp, 2004.
- FACHEL, José Fraga. **João Maria: recusa dos excluídos**. Florianópolis: Ufsc/Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- FALCÃO, Felipe. Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2004.
- FELIPPE, Euclides. **O último jagunço: folclore na história da Guerra do Contestado**. Curitiba: Unc, 1995.
- FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. **Depoimento**, 07 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da amazônia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. Coleção Sociologia Brasileira, V. 3.
- KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.
- LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.
- LARA SOBRINHO, Miguel. 77 anos. **Depoimento**, 27 de setembro de 2004, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. **Depoimento**, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- LEMOS, Zélia de Andrade. Curitiba na História do Contestado. **Curitibanos**, Imprensa Frei Rogério, 1983.
- LITTLE, Paul. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Revista de Pós-graduação em História da UnB**. V 2, n. 4, 1999.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Sílvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, Ed. Unicamp, 2004.
- MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, Adelar (org). **A região em perspectiva: Diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2001.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina Vianna; Silva, Solange Tietzmann (org). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. **Depoimento**, abril de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- MORAES, Aldair Goeten de. **Depoimento**, 12 de agosto de 2005. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt.
- NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997**. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2000.
- NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fevereiro 1998.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. Trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil. **Revista de antropologia**, vol. 3, nº 1, 1955.



O TRABALHO. Curitibanos, ano 6, n. 174, 23 de março de 1913. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O TRABALHO. Curitibanos, ano 6, n. [ilegível], 23 de maio de 1913. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituição de Direito Civil**. Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. IV, 1961.

PIRES, Sebastião. 73 anos. **Depoimento**, 02 de outubro de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaios, n. 23.

RAMOS, Artur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. XLVII, p. 105-126, 1938.

REGIÃO SERRANA. Lages, ano 17, n. 7, 23 de fevereiro de 1914. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sistema Faxinal: caboclos entre a Idade Média e a Pós-modernidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 700**, de 27 de outubro de 1906. Coleção de Leis do Estado de Santa Catharina. Florianópolis: Gab. Typographico d'O Dia, 1905.

SANTA CATARINA (Estado). **Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Lages referente ao ano de 1922**. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SERPA, Élio Cantalício. Os indômitos povos que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 2, p. 16-24, 1994.

SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado** (1912-1916). Florianópolis: Ufsc, 1999. Coleção Rebento.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929**. 2006, 207 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Trabalho enviado em junho de 2014

Trabalho aceito em julho de 2014